

Na disputa da TV a Cabo um incrível dilema entre pluralismo e monopólio

No debate que ainda não saiu dos bastidores, a luta pelo controle da infra-estrutura da "sociedade da informação

O cidadão chega em casa, no final do dia, senta na frente da televisão e tem à sua disposição 75 cinco canais. Pode assistir, ao vivo, através de verdadeiras *janelas eletrônicas* abertas para as instituições, sessões da Câmara Municipal, da Assembléia Legislativa, da Câmara dos Deputados ou do Senado. E há canais ligando sua residência a cada uma das universidades e instituições de ensino superior do município.

Os botões do controle remoto também podem ligar este cidadão a um dos 40 canais comerciais com 24 horas de programação, incluindo noticiário, esporte, filmes, música e variedades, produzidos nos mais variados países e línguas. Estes serviços de televisão chegam através da rede pública de telecomunicações que está aberta para qualquer programador que descubra interesse em algum tipo de produto audiovisual. Nesta noite, o telespectador pode escolher entre um programa semanal destinado a criadores de canários, um programa diário voltado para aficionados em lanchas *off-shore* e um mesa redonda, veiculada três vezes por semana, com especialistas em política internacional analisando a conjuntura mun-

dial. Também terá à disposição canais especializados em programação infantil e em filmes pornográficos. Estes são apenas exemplos dos quase 40 programas disponíveis nesta noite, sendo alguns gratuitos e outros só acessíveis a assinantes.

O aparelho de televisão também pode ser utilizado para participar de *auditórios eletrônicos* através de 20 canais destinados à produções eventuais. Num canal, pode ser assistida a palestra de um Prêmio Nobel de Medicina, em um congresso médico realizando-se em outra capital. Em outro canal, há a assembléia geral de um sindicato. E num terceiro canal, uma audiência pública debate o impacto ambiental de uma indústria no seu município.

O projeto de regulamentação que permite a instalação deste modelo de TV a Cabo no Brasil - sem similar no mundo pela sua abertura à diversidade de expressão e à possibilidade de concorrência comercial entre os mais diversos empreendimentos - está pronto e foi proposto pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação à Câmara dos Deputados. Mas para que esta idéia do Fórum, que representa mais de 500 entidades da sociedade civil, adquira força de lei, devem ser enfrentadas as resistências de grupos econômicos da área da comunicação que pretendem cartelizar o mercado de TV a Cabo e monopolizar as redes, nas principais cidades do país.

DUAS DÉCADAS DE DISPUTA

O debate deste projeto pode encerrar um processo de disputa da implantação da TV a Cabo que já dura 18 anos. Aliás, A TV a Cabo ainda não

foi implantada no Brasil porque, desde o governo Geisel, o Ministério das Comunicações desenvolveu esforços para beneficiar determinados grupos de comunicação e evitar o debate público. Esta postura do Ministério, acobertando interesses particulares, nem sempre foi acolhida pelo Governo. O resultado é que as diversas denúncias de negociatas e práticas contrárias ao interesse público, nas tentativas de implantação da TV a Cabo, acabaram levando os governos Geisel, Figueiredo, Sarney e Collor a sucessivos recuos, impostos pela resistência da sociedade civil e de "setores nacionalistas" Forças Armadas.

A iniciativa mais audaciosa foi a do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, autor de uma portaria que criou o serviço denominado *Distribuição de Sinais de TV<FI>* (*DISTV*, através da Portaria 250 de 13 de dezembro de 1988, nos últimos dias do governo Sarney. Na verdade, tratava-se de uma TV a Cabo dissimulada. Cheia de irregularidades, esta portaria permite, por exemplo, "autorizações eternas" entregues, sem licitação pública, aos primeiros que chegassem e sem discriminar a área de prestação do serviço.

O governo Collor completou o "serviço sujo" e fez ampla distribuição de autorizações. Hoje 106 felizes beneficiados estão aptos a instalar redes de TV a Cabo - disfarçadas de *DISTV* - nas principais cidades do país. Muitas destas autorizações estão sendo vendidas por até US\$ 500 mil. As organizações Globo - em diversos empreendimentos associados com a RBS - e a TV Abril, nas últimos meses admitiram que querem monopolizar o mercado de cabo e hoje já controlam diretamente 54 dos sistemas autorizados, ou seja, a maioria: a Globo associou-se a 43 empresas de *DISTV* e a TV Abril a outras 11, isto sem contar os que simplesmente re-

transmitem os pacotes de programações destes grupos.

OPÇÃO ESTRATÉGICA

Além do controle do mercado de TV a Cabo, há outra disputa em jogo. Até o final da década passada, em todo o mundo, foram implantadas redes especiais para a transmissão de sinais de TV, porque isso não era possível através da rede de telefonia. A tecnologia, porém, evoluiu dos fios metálicos para a fibra ótica e da transmissão analógica para a digital, multiplicando centenas de vezes a capacidade das redes. O resultado é uma tecnologia que permite a *Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI)*. Isto é, uma rede única permite o transporte simultâneo dos mais diversos sinais e a integração de todos os serviços de telecomunicações: telefonia, dados e televisão. Este é o futuro das telecomunicações no mundo inteiro, com profundas transformações culturais e econômicas. Permitindo acesso a bancos de dados, transações comerciais e mesmo trabalho nas residências, esta já é a infra-estrutura da "sociedade da informação".

Em todo o mundo, o problema para a implantação das *RDSI* é o custo do sucateamento, simultâneo, das redes de telefonia e de TV a cabo. Justamente problema que o Brasil não tem. Por isso, o projeto do Fórum defende que, ao invés da implantação de redes especializadas na transmissão do sinal de TV, a demanda por este serviço seja utilizada para alavancar o desenvolvimento das atuais redes de telecomunicações, possibilitando a imediata implantação das *RDSI*.

Ao jogar a responsabilidade pela implantação das redes para as atuais concessionárias de telecomunicações, o projeto proposto pelo Fórum in-

clui dispositivos que sujeitam estas empresas a inéditas e rigorosas formas de controle público, impedindo seu uso político e permitindo o estabelecimento de requisitos de produtividade e submetendo suas contas e procedimentos à permanente avaliação pública.

Por outro lado, o projeto do Fórum cria inéditas formas de parceria entre as concessionárias de telecomunicações e investidores privados que, além de garantia de retorno do capital investido, podem participar da lucratividade obtida com o conjunto dos serviços (inclusive telefonia e dados) viabilizados pelas novas redes. Além disso, os investidores receberão, como bonificação, algo como 20% da capacidade nominal dos canais para uso, por exemplo, por sete anos.

O excelente negócio para os investidores e empresários de comunicação pode assim tornar-se a base comercial para uma revolução nos sistemas de telecomunicações do país. Os serviços de TV a Cabo também começarão a tornar efetivamente pluralistas e democráticos os sistemas de comunicação do país.

Temos, hoje, a possibilidade - que não tivemos, há 50 anos atrás, na instalação da televisão - de planejar os sistemas de comunicação do futuro, evitando as atuais deformações. Sem que a sociedade se posicione, firmemente, as novas tecnologias só reproduzirão o monopólio, a capacidade de manipulação e usurpação do interesse público.

A opção estratégica que o país tem pela frente parece um dilema absurdo: é a escolha entre um sistema que assegura concorrência real, ampliação da liberdade de expressão e uma revolução técnica nas telecomu-

nicações, e outro sistema que autoriza a monopolização privada das redes e o benefício particular dos grupos dominantes na comunicação de massa do país. O outro dilema, igualmente absurdo, é se os setores organizados da sociedade vão deixar que a decisão seja tomada exclusivamente pelo governo e pelo setor privado ou vão tornar efetivamente pública a opção do país.

Daniel Herz



... postes da CEEE no bairro Bela Vista

de agosto, uma carta-consulta do presidente da CEEE, Carlos Eduardo Vieira da Cunha, ao engenheiro João Jacob Bettoni, delegado regional do Ministério das Comunicações do Rio Grande do Sul, questionou a utilização dos postes da CEEE para a tevê a cabo.

Vieira da Cunha, na carta, lembra que apesar das autorizações das concessionárias, seja qual for o tipo de comunidade abrangida, "torna-se necessária a utilização de posteação desta empresa, o que poderia vir a caracterizar, no futuro, em função das limitações técnicas de capacidade de suporte de cabos por poste, que a CEEE, indiretamente, estaria concedendo tal exclusividade, ou seja, privilegiando determinada concessionária em detrimento de outras". Diz, ainda, que quer impor um regramento para o atendimento dessas solicitações e está buscando saídas técnicas que possibilitem a instalação de mais de um cabo desse sistema por poste.

Até o início de setembro, a CEEE não tinha recebido uma resposta oficial da delegacia regional do Ministério das Comunicações. Por isso, Viei-

ra da Cunha prefere ainda não se manifestar se a utilização dos postes para tevê por assinatura corre algum risco.

Na carta resposta que já rascunhou para remeter à CEEE, o engenheiro Bettoni afirma que realmente existe sobreposição de áreas de cobertura dos sistemas de distribuição de tevê por meio físico. Para Pelotas, por exemplo, foram distribuídas três autorizações de tevê a cabo. Reconhece que o tempo de duração da permissão para as empresas comercializarem os sinais é indeterminado, ressaltando que isto deverá ser fixado com a regulamentação da tevê a cabo pelo Congresso Nacional.

O valor aproximado de US\$ 0,50 por poste pago à

CEEE é considerado baixo perto dos problemas técnicos que poderão surgir, conforme o presidente da Associação dos Engenheiros da CEEE, João

Carlos Santana. "E tem a questão política de fornecer uma estrutura pública com uma possível exclusividade a um grupo privado", reclama.

O futuro dos cabos é uma incógnita

A Pansat também está utilizando postes da CEEE desde a primeira licença em janeiro de 1991 para a praia de Capão Novo. Em Pelotas são utilizados cerca de 1.000 postes e em Caxias do Sul, 2.200 postes. A CEEE fez o projeto de cabeamento e a Pansat criou e mantém toda a estrutura de cabos coaxiais até as residências dos assinantes.

A instalação de uma rede de cabos em uma cidade como Caxias do Sul custa em torno de US\$ 3 milhões, segundo cálculos do gerente geral da Pansat, Aloisio Nestor Knob. O retorno do investimento leva uns cinco anos. "Todo o trabalho técnico feito até agora foi autorizado", explica. "Daqui para frente, é uma incógnita, mas não podemos ficar esperando de braços cruzados."

Através dos postes, os cabos levam o sinal de todos os canais oferecidos pela distribuidora de imagens por assinatura às residências. Eles são captados de vários transmissores e satélites pela estação receptora. ■

Quem é quem no cabo

NET BRASIL

• Constituída em julho último pela Globopar, empresa de participações da Globo, Rede Brasil Sul (RBS) e Multicanal, grupo do Rio de Janeiro ligado à Cia. Mineradora do Amapá (CMA), com o objetivo de atender à distribuição de televisão por assinatura. Várias NETs estão sendo e serão criadas nos estados.

NET SUL

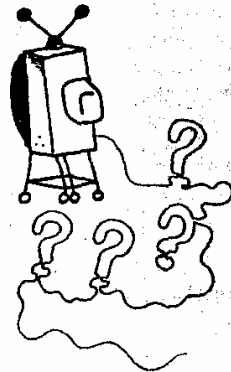
• Braço da Net Brasil no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

NET PORTO ALEGRE

• Braço da Net Brasil em Porto Alegre.

PANSAT

• Em fase de associação com a Net Sul.



Negócio fechado

Pansat e Net Sul associam-se para implantar o sistema de tevê a cabo no Rio Grande do Sul

Depois de longas e sigilosas negociações, a Pansat, fabricante de antenas parabólicas de Caxias do Sul e a pioneira no Rio Grande do Sul na distribuição de imagens de tevê por cabo, concordou em associar-se à Net Sul, controlada pela Rede Brasil Sul (RBS). O contrato deverá ser assinado nos próximos 60 dias, conforme o gerente-geral da Pansat, Aloísio Nestor Knob. Os valores e a participação de cada um na sociedade não foram revelados.

"Queremos evitar uma guerra sangrenta", explica o gerente-geral da Net Sul, Marcelo Sirotsky. Para ele, a dualidade de distribuição de imagens de tevê a cabo em uma mesma cidade praticamente inviabiliza o negócio. Knob acrescenta que a associação vai proporcionar um serviço melhor e com mais qualidade. "Considero a associação positiva, uma união de forças".

A Pansat tem autorização para explorar a tevê por cabo em nove municípios gaúchos (quadro abaixo). A Net Sul tem 12 concessões no Rio Grande do Sul e quatro em Santa Catarina.

Ficaram fora da associação três concessões, que permanecem sob controle da Pansat: a tevê a cabo de Capão Novo (onde a Pansat está associada ao grupo Capão Novo), a de Pelotas

(onde tem sociedade com o grupo Si-nuelo) e a de Rio Grande, onde tem autorização mas ainda não opera.

Além destas três, fica fora do controle da Net Sul apenas uma concessão da empresa Mostra Promoções Publicidade, também para Pelotas. Sirotsky, porém, garante que até 1994 a Net Sul usará suas próprias autorizações para entrar em Pelotas e Rio Grande. Em Pelotas, a Pansat já opera desde janeiro de 1992, distribuindo imagens da Globosat a 1.600 assinantes.

A empresa caxiense recebeu a primeira licença em janeiro de 1991 para Capão Novo, no litoral norte do Estado, onde já possui 2.000 assinantes. Em Caxias tem 1.400 assinantes em alguns bairros da cidade, desde dezembro de 1992. Nas três cidades em que opera, a Pansat distribui imagens dos quatro canais especiais da Globosat, que é associada à RBS na Net Sul.

Originariamente, a RBS possuía 16 das 43 concessões distribuídas aos dois estados no início do governo Collor. Em Santa Catarina, as autorizações se referem a Florianópolis, Blumenau, Joinville e Chapecó. Em Joinville, o sistema já funciona há oito meses e até dezembro a empresa prevê a expansão da rede em 150 quilômetros.



Net Sul: cabos que estão sendo colocados nos ...

Dificuldades nas redes

Distribuição em Porto Alegre deve começar no fim do ano

No final do ano passado, a Net Sul alugou 3.869 postes da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), pagando US\$ 2 mil por mês para implantar o sistema de tevê a cabo em Porto Alegre. Até dezembro, promete distribuir imagens via cabo.

Segundo o gerente-geral da Net Sul, Marcelo Sirotsky, na primeira fase está prevista a instalação de 120 quilômetros de cabos nos bairros Bela Vista, Monte Serrat, Higienópolis, Auxiliadora, Moinhos de Vento, Rio Branco e parte do bairro Petrópolis. Em 10 anos, a previsão da Net Sul é que a rede esteje com 1.000 quilômetros, cobrindo em torno de 70% das ruas de Porto Alegre.

Ainda não é tranqüila, porém, a instalação das redes. No último dia 23

As autorizações no Rio Grande do Sul

NET SUL

• Porto Alegre, Erechim, Passo Fundo, Bagé, Uruguaiana, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Pelotas, Cruz Alta, Santa Maria, Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

PANSAT

• Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Cruz Alta, Uruguaiana, Bento Gonçalves, Farroupilha e Lajeado.

MOSTRA PROMOÇÕES PUBLICIDADE LTDA

• Pelotas

